



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

EVOLUÇÃO, TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA DENGUE EM ARAQUARI-SC: estudo longitudinal (2014-2024)

Ana Paula dos Reis, Graziela Breitenbauch de Moura

Ciência Política - Políticas Públicas

A dengue é uma doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, tornou-se um grave problema de saúde pública no Brasil nas últimas décadas, com expressivo aumento de casos e impactos à população. Seu controle é complexo, envolvendo questões políticas, ambientais e socioambientais, exigindo ações intersetoriais que ultrapassem a simples eliminação de criadouros. É necessário aprimorar o modelo assistencial com foco na prevenção, promoção da saúde e cuidado individual, visando reduzir complicações e óbitos. Esta pesquisa, vinculada ao Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, área de concentração em instituições, cultura e sustentabilidade e linha de pesquisa gestão e políticas públicas: aspectos socioambientais e econômicos, adota abordagem teórico-prática, descritiva e exploratória. O objetivo do estudo é apresentar os casos de dengue no Município de Araquari-SC no período de 2014 a 2024 com base de dados do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN). O estudo desenvolvido é do tipo teórico-prático, descritivo exploratório utilizando o método dedutivo- indutivo com o uso do paradigma positivista para a análise dos dados quantitativos. Durante este período o Município evidenciou de um cenário de ausência de casos para a maior epidemia de dengue da história, concentrada em adultos jovens, com predomínio do sexo feminino nos últimos anos. A alta taxa de cura como desfecho dos casos e baixa letalidade, mas com clara necessidade de reforço estrutural nas políticas públicas de prevenção e controle da dengue. Esta pesquisa contribui com subsídios para a gestão em saúde pública municipal e estadual, oferecendo informações qualificadas que podem orientar a elaboração de estratégias intersetoriais de combate à dengue. A saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, ultrapassando a simples ausência de doenças (OMS, 1947). No Brasil, esse conceito foi ampliado a partir da Constituição Federal (1988) e da Reforma Sanitária, que consolidaram o Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo público universal, pautado nos princípios de integralidade, equidade e universalidade (Brasil, 1990). Esse sistema é responsável por garantir prevenção, promoção, recuperação e reabilitação em todos os níveis de atenção, sendo um dos pilares da política de saúde nacional. Nesse cenário, a dengue desponta como um dos maiores desafios da saúde pública global. Classificada pela OMS como a arbovirose de maior relevância mundial, a doença vem se expandindo para além das regiões tropicais, alcançando países de clima temperado e exigindo maior capacidade de resposta dos serviços de saúde (Seixas, 2024). A prevenção está diretamente associada ao controle do mosquito *Aedes aegypti*, vetor primário da doença, e à adoção de estratégias que envolvem tanto ações de vigilância quanto o engajamento da população (Ministério da Saúde, 2022). No Brasil, a dengue foi reintroduzida em 1981 e desde então se consolidou como uma endemia recorrente, marcada por sucessivas epidemias (Tauil, 2001). O país já ultrapassou a marca de 16 milhões de casos notificados e, nos anos recentes, registrou índices recordes, agravados por fatores climáticos como o fenômeno El Niño e pela circulação simultânea dos quatro sorotipos do vírus (Maciel, 2024). Essa situação reforça a vulnerabilidade do território nacional frente à arbovirose e aponta para a necessidade de políticas públicas mais efetivas e intersetoriais (Ramos, 2021). Em Santa Catarina, a transmissão autóctone da dengue tornou-se epidêmica a partir de 2022, com crescimento progressivo no número de casos e óbitos. Apenas em 2024, foram notificados mais de 340 mil casos prováveis no estado, confirmado-se a predominância dos sorotipos DENV-1 e DENV-2 (Santa Catarina, 2024; CIEGES/SC, 2025). O aumento expressivo dos índices evidencia a expansão do vetor para regiões antes consideradas menos propícias, como o Sul do país, favorecida por mudanças climáticas, processos de urbanização e transformações socioambientais (Maciel, 2024). Esse panorama coloca em evidência a importância do fortalecimento das políticas públicas, da vigilância epidemiológica, do controle vetorial e da educação em saúde. Nesse contexto, o Município de Araquari apresenta um histórico epidemiológico que merece destaque. Esse cenário demonstra a intensificação da transmissão local e reforça a necessidade de análises mais aprofundadas sobre a dinâmica da doença no território. Destaca-se a necessidade de um olhar intersetorial e preventivo, capaz de enfrentar não apenas os aspectos clínicos, mas também os determinantes sociais e ambientais que sustentam a proliferação da dengue (Fogaça, 2017; Ramos, 2021). O objetivo deste estudo é apresentar os casos de dengue no Município de Araquari-SC no período de 2014



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

a 2024 com base de dados do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN). Dentre os municípios de Santa Catarina com maior índice de crescimento econômico e urbano é o município de Araquari, localizado a 182 km da Capital do Estado Florianópolis, faz divisa com os municípios de Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Guaramirim, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú. Possui uma área de 386.693km² com uma população de 45.283 pessoas, com uma densidade demográfica de 117,10 habitantes por Km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). O estudo desenvolvido é do tipo teórico-prático, descritivo exploratório utilizando o método dedutivo- induutivo com o uso do paradigma positivista para a análise dos dados quantitativos. Para apresentar a situação da Dengue no Município de Araquari é proposto o raciocínio dedutivo, lógico e quantificável que será utilizado para apresentação dos dados de 2014 a 2024. Na pesquisa quantitativa segundo Creswell (2007) a teoria se constitui de um conjunto de variáveis moldado em proposições ou hipóteses que especificam a relação entre as variáveis. Esta visão sistemática pode ser um argumento, uma discussão ou base que auxilia a prever os fenômenos que ocorrem no mundo. Nesta pesquisa as hipóteses se constituem basicamente em verificar o real aumento no número de casos de dengue nos últimos 10 anos, qual a faixa etária e sexo mais acometido pela doença e qual desfecho dos casos confirmados da doença no município. De acordo com o SINAN nos anos de 2014, 2015 e 2016 nenhum caso foi notificado e/ou confirmado da doença. No ano de 2017, 2018 e 2019 foram notificados 4, 2 e 4 casos respectivamente e nenhum deles confirmado, mantendo assim um cenário de baixa circulação viral e de boas ações de prevenção. No ano de 2020 foram 102 casos notificados e destes 29 casos confirmados, surgindo assim a primeira elevação significativa no número de casos de dengue no Município, sugerindo o início da transmissão local da doença, porém ainda sem a presença de transmissão com vínculo epidemiológico sustentado. Em 2021 foram notificados 204 casos e destes 87 confirmados, dobrando o número de notificações e consequentemente de casos confirmados proporcionalmente. Já em 2022 foram 795 casos notificados, um forte crescimento nas notificações, mas o número de casos confirmados chegou a 130 casos, ainda não sendo um aumento significativo da doença. Este fato pode ser atribuído à sensibilização da rede de assistência à saúde quanto ao diagnóstico de dengue na região. No ano de 2023 houve um aumento de quase cinco vezes mais no número de casos notificados comparado ao ano de 2022, chegando a 3.745 notificações. Destes 1.636 casos confirmados, a taxa de confirmação da doença teve um aumento significativo, caracterizando uma maior circulação viral e consequentemente a transmissão sustentada comunitária da doença. O ano de 2024 foi o ano de maior concentração de casos, sendo 9.204 casos notificados e 6.254 casos confirmados, caracterizando assim um cenário de epidemia e alta transmissibilidade da doença no município. Quanto ao sexo, nos anos de 2017: 01 do sexo feminino, 03 do sexo masculino, 2018: 02 do sexo feminino e nenhum do sexo masculino, 2019: 02 do sexo feminino e 02 do sexo masculino, sendo que nestes anos o número de casos é muito baixo, não apresentando um padrão definido. Nos anos de 2020: 42 do sexo feminino e 60 do sexo masculino e 01 ignorado; 2021: 82 do sexo feminino e 122 do sexo masculino, 2022: 388 do sexo feminino e 407 do sexo masculino com um aumento significativo em ambos os sexos com uma leve predominância no sexo masculino, o que pode estar associado à maior exposição ambiental desta população. Em 2023: 1.907 do sexo feminino e 1.851 do sexo masculino e 01 caso ignorado; em 2024: 4.887 do sexo feminino e 4.323 do sexo masculino e 01 ignorado, caracterizando uma inversão no padrão. Em 2023 e 2024 as mulheres passam a apresentar um maior número de casos notificados que pode estar relacionado a maior procura por atendimentos ou possível influência do papel social no domicílio, onde ocorre grande parte da transmissão da doença. Quanto à faixa etária se destaca a população de 20 a 29 anos com 3.024 casos, seguido da faixa etária de 30 a 39 anos com 2.557 casos e a faixa etária de 40 a 49 anos com 2.083 casos. O grupo de pessoas entre 20 a 29 anos caracterizado adultos jovens representa o grupo mais vulnerável em número absoluto, provavelmente pela maior mobilidade urbana, população economicamente ativa e de maior circulação em áreas de risco, seguido pelos adultos de 30 a 39 anos. Quanto ao desfecho dos casos de 2017 a 2019 nenhum caso confirmado, 2020: 27 casos de cura da doença; 2021 foram 81 casos de cura da doença; 2022: 123 casos de cura da doença; 2023 foram 1.591 casos de cura da doença e 02 óbitos por dengue; 2024 foram 6.091 casos de cura com 05 casos de óbitos pela doença, aumento que coincide com a epidemia evidenciada no município em 2024. O desfecho dos casos de dengue dos últimos 10 anos no Município de Araquari reflete uma alta taxa de cura e uma baixa letalidade, mesmo que no cenário epidêmico de 2023 e 2024. O aumento exponencial nestes últimos dois anos evidencia fragilidade no controle vetorial e nas ações de prevenção, reforçando a necessidade de estruturação de políticas públicas de prevenção mais eficientes para o controle do vetor no município. Apesar do aumento expressivo do número de casos nos últimos 02 anos, o sistema de saúde conseguiu garantir o diagnóstico e manejo adequado da doença, reduzindo assim as complicações e mortalidade relacionados à doença. O estudo dos dados epidemiológicos de Araquari entre 2014 e 2024 torna-se, portanto, relevante por permitir a



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

compreensão do comportamento da dengue em um município de porte médio localizado na região Norte de Santa Catarina, área que nos últimos anos passou a apresentar condições favoráveis à proliferação do vetor. A análise desse período possibilita identificar tendências, mudanças no perfil epidemiológico e o impacto das políticas públicas implementadas, evidenciando os avanços e as fragilidades das estratégias de prevenção e controle. O crescimento progressivo dos casos em Araquari acompanha a tendência estadual, com destaque para 2024, quando o município registrou a maior epidemia da dengue na sua série histórica. Nesta evolução segundo Maciel (2024) e Seixas (2024) as regiões do Sul do país eram menos propícias para o desenvolvimento do vetor Aedes aegypti, o que se intensificou com o aumento das chuvas e temperaturas elevadas intensificadas pelo fenômeno El Niño. Ainda a urbanização acelerada e a deficiência de infraestrutura de saneamento segundo Fogaça (2024), ampliam a disponibilidade de criadouros para o vetor. As fragilidades nas ações de controle e prevenção, limitação de recursos humanos e financeiros para as ações de vigilância em saúde segundo Ramos (2021) também reforçam as condições para este cenário. A curva ascendente reforça que a dengue deixou de ser um agravo pontual para se consolidar como problema de saúde pública estrutural em Araquari, exigindo intervenções urgentes em três frentes: controle vetorial contínuo, vigilância epidemiológica integrada e mobilização comunitária para eliminação de criadouros. Assim, este trabalho se mostra pertinente não apenas do ponto de vista científico, ao sistematizar informações de uma década de registros, mas também social, ao colaborar para o aperfeiçoamento das políticas públicas locais e regionais voltadas à prevenção, promoção da saúde e redução dos impactos da dengue na comunidade de Araquari-SC. Esta pesquisa contribui com subsídios para a gestão em saúde pública municipal e estadual, oferecendo informações qualificadas que podem orientar a elaboração de estratégias intersetoriais de combate à dengue.

Palavras-chave: Dengue; Aedes Aegypti; Política Pública de Saúde

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO DO SUS EM SANTA CATARINA (CIEGES/SC). Boletim Epidemiológico da Dengue em Santa Catarina: 2025. Florianópolis: SES/SC, 2025.
- CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.
- FOGAÇA, A. Educação ambiental e saúde: desafios para o controle da dengue. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 12, n. 2, p. 45-59, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/araquari.html>. Acesso em: 6 fev. 2025. MACIEL, L. Panorama epidemiológico da dengue no Brasil: desafios e perspectivas.
- Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 58, n. 12, p. 1-9, 2024.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Dengue: diagnóstico e manejo clínico. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde. Nova Iorque: OMS, 1947.
- RAMOS, P. Ações intersetoriais no combate à dengue: desafios e possibilidades. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1-12, 2021.
- SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Boletim Epidemiológico da Dengue: 2024. Florianópolis: SES/SC, 2024.



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

SEIXAS, R. Estratégias globais de prevenção e controle da dengue. Revista Panamericana de Saúde, v. 48, n. 3, p. 112-120, 2024.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Casos de Dengue – Brasil, 2020 a 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

TAUIL, P. L. Aspectos críticos do controle da dengue no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 7-12, 2001.